



Entre pontes e fronteira: a relevância de o Brasil pesquisar a China nas
dimensões culturais, jurídicas e econômicas

Between bridges and borders: the importance of Brazil researching China in cultural, legal,
and economic dimensions

Adélcio Machado dos Santos¹

<https://orcid.org.0000-0003-3916-972X>

Fabiano Henrique da Silva Souza²

<https://orcid.org.0009-0007-2998-0371>

Daniel José Tenconi³

<https://orcid.org.0009-0001-0470-8044>

Recebido em: 26 out. 2025

Aceito em: 27 dez 2025

Como citar este artigo: DOS SANTOS, Adélcio Machado; DA SILVA SOUZA, Fabiano Henrique; TENCONI, Daniel. Entre pontes e fronteira: a relevância de o Brasil pesquisar a China nas dimensões culturais, jurídicas e econômicas: Between bridges and borders: the importance of Brazil researching China in cultural, legal, and economic dimensions. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 14, n. 2, p. e3941-e3941, 2025. DOI: 10.33362/visao.v14i2.3941. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/3941>.

Resumo: Objetivo de analisar a relevância do Brasil em investir na pesquisa sobre a China, considerando três dimensões, tais como: cultural, jurídica e econômica. Trata-se de pesquisa qualitativa, de revisão sistemática da literatura, em artigos nacionais e internacionais publicados entre 2000 e 2025. Os resultados apresentam uma relação bilateral de oportunidades nas dimensões cultural, jurídica e econômica, como o crescimento do comércio e dos investimentos chineses, a cooperação tecnológica e científica, e a promoção de intercâmbios culturais. Existem assimetrias estruturais, dependência de commodities, vulnerabilidades financeiras, barreiras linguísticas e limitações institucionais que

¹ Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail: adelciomachado@gmail.com.

² Bacharel em Direito. Advogado. Secretário Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. E-mail: fhsso@hotmail.com.

³ Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela UNIARP. Federação das Indústrias e Comércio de Santa Catarina. E-mail: daniel.tenconi@sesisc.org.br.

comprometem a autonomia estratégica brasileira. Importante fortalecer a produção científica, promover a interdisciplinaridade, expandir programas de formação acadêmica e políticas públicas voltadas à inovação, industrialização e sustentabilidade. Conclui-se que a pesquisa brasileira sobre a China amplia a compreensão bilateral, constituindo-se elemento para a formulação de políticas que potencializam o desenvolvimento econômico, a soberania nacional e a inserção global do país.

Palavras-Chave: Brasil. China. Relações Internacionais. Economia. Pesquisa Acadêmica.

Abstract: The objective is to analyze the relevance of Brazil's investment in research on China, considering three dimensions: cultural, legal, and economic. This qualitative study involved a systematic literature review of national and international articles published between 2000 and 2025. The results demonstrate a bilateral relationship of opportunities in the cultural, legal, and economic dimensions, such as the growth of Chinese trade and investment, technological and scientific cooperation, and the promotion of cultural exchanges. Structural asymmetries, commodity dependence, financial vulnerabilities, language barriers, and institutional limitations undermine Brazil's strategic autonomy. It is important to strengthen scientific production, promote interdisciplinary, and expand academic training programs and public policies focused on innovation, industrialization, and sustainability. The conclusion is that Brazilian research on China broadens bilateral understanding, constituting an element for formulating policies that enhance economic development, national sovereignty, and the country's global integration.

Keywords: Brazil. China. International Relations. Economy. Academic Research.

INTRODUÇÃO

A ascensão da China no século XXI se constitui um fenômeno da sociedade internacional contemporânea, reposicionando os fluxos econômicos globais, as formas de produção cultural, articulação jurídica e formulação política. Nos anos 2000, a relação entre Brasil e China se intensificou, consolidando o país como o principal parceiro comercial brasileiro.

A exportação brasileira depende da demanda chinesa por commodities, especialmente soja, minério de ferro e petróleo, ao passo que as importações chinesas se concentram em produtos manufaturados e de alta tecnologia. Essa assimetria evidencia tanto o dinamismo quanto os desafios dessa parceria.

O Brasil precisa conhecer a China além da economia, incluindo o sistema cultural, jurídico e político, subsidiando as políticas públicas e as estratégias de inserção internacional. A cultura ultrapassa a expressão artística e simbólica, o chamado *soft power* chinês pode ser exercido pelo idioma, tradições filosóficas e práticas culturais. No campo jurídico, a China apresenta um sistema normativo híbrido, combinando o direito socialista, tradições locais e sistemas internacionais.

A interpretação sobre a China consumidas no Brasil advém de centros de pesquisa sediados nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa. Esse filtro ocidentalizado reproduza visões externas, que não consideram os interesses e a realidade brasileira. A compreensão da China torna-se vital para fortalecer a autonomia científica e acadêmica brasileira, embasada em pesquisa científica que permita compreender a lógica chinesa, identificar os espaços de complementaridade e de cooperação possíveis. Esse movimento torna-se relevante, ao observar que os países compartilham o pertencimento ao eixo Sul-Sul e têm interesses convergentes em fóruns internacionais - G20, BRICS, Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil, a pesquisa sobre a China enfrenta o desafio da proficiência em mandarim reduzida a um número ínfimo de especialistas. Os centros de estudos sino-brasileiros são poucos, concentrados em universidades e institutos, limitando a capilaridade da produção científica. Na perspectiva brasileira, os programas de cooperação acadêmica, formação de especialistas e criação de redes de pesquisa, sobre conhecimento original e crítico sobre a China, ainda são inexpressivos.

Assim, este artigo busca analisar a relevância do Brasil em investir na pesquisa sobre a China, considerando três dimensões, tais como: cultural, jurídica e econômica. A dimensão cultural a busca compreender os códigos simbólicos e as formas de comunicação que estruturam o pensamento e a ação chinesa. A jurídica oferece ferramentas para a negociação e a compreensão das práticas regulatórias, que regem as relações bilaterais e multilaterais. A econômica revela a centralidade da China como parceira econômica do Brasil, com benefícios e riscos de uma relação assimétrica.

O estudo adota a abordagem qualitativa, em uma revisão sistemática da literatura. A análise estrutura-se em três eixos temáticos centrais: (i) relações culturais e estratégias de soft power; (ii) sistemas jurídicos comparados e mecanismos de arbitragem internacional; e (iii) padrões de comércio internacional e fluxos de investimento direto estrangeiro. Estabeleceu-se como critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais, obras de referência clássicas e contemporâneas, e relatórios de institutos de pesquisa especializados. O critério de exclusão eliminou as demais publicações.

Desse modo, buscou-se mapear consensos, identificar assimetrias analíticas e diagnosticar lacunas no conhecimento sobre a China produzido no Brasil, fundamentando a proposta central do artigo: a necessidade urgente de uma agenda de pesquisa autônoma e estratégica.

O artigo encontra-se estruturado em quatro seções, após esta introdução, a segunda seção introduz o leitor no panorama das relações entre Brasil e China no cenário global, destacando os aspectos históricos e políticos que consolidam a aproximação bilateral. Na terceira seção, analisam-se as dimensões cultural, jurídica e econômica, o impacto dessas

áreas na relação entre os dois países e como podem orientar a produção científica brasileira. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais, sintetizando os argumentos desenvolvidos e reforçando a importância de estudos sino-brasileiros para a soberania e inserção internacional.

O objetivo do estudo foi analisar a relevância e a urgência de expandir a pesquisa brasileira sobre a China em três dimensões interdependentes - cultural, jurídica, econômica - e seus impactos sobre a soberania nacional. estrutura pode ser adequada conforme o tipo de pesquisa e objetivos.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de revisão sistemática da literatura referente à produção acadêmica de artigos nacionais e internacionais, e obras clássicas contemporâneas sobre a relação do Brasil com a China.

A revisão sistemática é um método que utiliza fontes de informações da literatura publicada sobre o tema de interesse de pesquisa. Apesar de ser um estudo retrospectivo e secundário, as análises proferidas por autores permitem avançar sobre as publicações disponíveis separadamente e compreender se promovem avanço sobre determinado assunto, corroborando em processos de conhecimento científico (Souza *et al.*, 2010).

A revisão sistemática obedece a uma série de etapas formuladas para atender o processo de elaboração da pesquisa. Assim, procedeu-se ao levantamento dos artigos nacionais e internacionais entre os meses de agosto e setembro de 2025.

Assim, os pesquisadores elaboraram um protocolo, a partir do estudo de Pereira e Bachion (2006), com os seguintes itens: definição da questão norteadora, recorte temporal, escolha das palavras chaves, definição dos critérios de inclusão e critérios de exclusão, base de dados eletrônicas de pesquisa, seleção dos estudos, variáveis coletadas e análise de dados.

A pergunta de pesquisa elaborada foi: por que e de que maneira a produção acadêmica brasileira sobre a China deve ser fortalecida, para ampliar a autonomia estratégica do país no sistema internacional contemporâneo?

Definiram-se como recorte temporal os últimos vinte cinco anos, ou seja, entre 2000 e 2025. As palavras chave de elegíveis foram: Brasil. China. Relações Internacionais. Economia. Pesquisa Acadêmica, *Brazil, China, International Relations, Economics, Academic Research*. Elegeram-se para coleta os seguintes dados: ano de publicação, periódico, autores, título, objetivos, resultados e conclusão.

Quanto aos critérios de inclusão, elegeram-se: artigos completos, nos idiomas português e inglês, e disponíveis nas base de dados eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Google Acadêmico* de forma gratuita e integral do texto. Incluíram-se ainda

livros de autores contemporâneos sobre o tema. O critério de exclusão eliminou outros tipos de publicações como monografias, dissertações, teses, cartas, editoriais e apostilas.

Na etapa inicial levantou-se na Scielo e no *Google Acadêmico* 25 publicações. No total, 10 publicações não se tratavam de artigos acadêmicos. Assim, foram selecionados 15 artigos para leitura dos resumos.

No processo de leitura dos resumos, observou-se que 3 não atendiam aos critérios de inclusão e 2 eram artigos duplicados. A amostra final constituiu 9 artigos.

A análise dos dados realizou-se com a Análise de Conteúdo de Bardin (2015), em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações sobre os 10 artigos da revisão estão dispostos em dois quadros. Os espaços em branco nos quadros são informações não localizadas nos estudos.

O quadro 1, dispõe das variáveis: ano de publicação, periódicos, autores e títulos.

Quadro 1 – Caracterização dos artigos, como ano de publicação, periódico, autores e título – Brasil (2000-2025)

Número	Ano de Publicação	Periódicos	Autores	Títulos
1	2016	Ekonomikapoljoprivrede	DANTAS, A. D.; JABOUBOUR, E. M. K.	Brazil and China: an assessment of recent trade relations
2	2012	Journal of Current Chinese Affairs	JENKINS, R.	China and Brazil: economic impacts of a growing relationship
3	2018	Revista de Economia Contemporânea	HUNG, H-F.	A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global
4	2023	Economies	ZHAO, S.; CHANG, T.; NI, Y.; ZHOU, P.	An empirical study of trade in goods between China and Brazil: analysis of competitiveness and complementarit
5	2023	Research, Society and Development	MARTINELLI, M.; ANDRADE, T. H. N.; FURNIVAL, A. C. M	Academic exchanges between Brazil and China: the case of the Confucius Institutes in Brazil
6	2024	Economia e Sociedade	FREITAS, H.; BORGHI, R. A.Z.	Foreign direct investment in Brazil: a study of selected sectors
7	2024	Janus.net: e-journal of International Relations	FROGERI, R. F.; LI, Y.	Three decades of Brazil-China relations: mapping scholarly discourse and future research directions
8	2024	Rev. Inter. Educ. Sup.	XU, K.; NASCIMENTO, A. N.	Cooperação Internacional Educacional entre o Brasil e a China a partir dos Institutos Confúcio
9	2025	Brazilian Keynesian Review	LEAL, J. T.	An analysis of financial and monetary asymmetries in the light of the experiences of Brazil and China

Fonte: Elaborado pelos autores

O quadro 2, apresenta os objetivos, métodos, resultados e conclusão dos estudos analisados.

Quadro 2 – Caracterização dos artigos como objetivos, método, resultados e conclusão - Brasil (2000-2025)

Número	Objetivo	Método	Resultados	Conclusão
1	Analisar as relações comerciais entre Brasil e China ao longo do século XXI, destacando o desempenho e a composição das exportações e importações, bem como a evolução da importância relativa da China para o Brasil nesse campo.		Ocorreu aumento no comércio bilateral entre Brasil e China, o que elevou substancialmente a participação relativa da China no comércio exterior brasileiro. Essa característica, a evolução das exportações é diferente daquela apresentada pelas importações, exigindo avaliação pelo Brasil para a política comercial do país.	
2	Analisar os impactos econômicos do ressurgimento da China sobre o Brasil, examinando tanto os efeitos diretos da China sobre o Brasil em termos de comércio bilateral e fluxos de investimento, quanto os efeitos indiretos por meio do aumento da concorrência nos mercados de exportação de produtos manufaturados e da elevação dos preços mundiais das commodities.		O investimento chinês no Brasil em 2010, das relações bilaterais, é o comércio. O comércio bilateral cresceu, emergiu preocupação, pois as exportações brasileiras concentram-se em produtos primários e as importações da China são produtos manufaturados e tecnológicos.	O Brasil se beneficiou no curto prazo dos altos preços das commodities, mas perdeu mercados de exportação para a China no setor de manufaturados, contribuindo para a "primarização" da pauta de exportações do país.
3	Argumentar que o milagre do desenvolvimento orientado pela exportação nada mais é do que uma parte constitutiva da ordem neoliberal, e que o crescimento da China como exportadora de capital segue os passos de outros poderes capitalista-imperialista se seus projetos de influência política no exterior.		O milagre do desenvolvimento orientado pela exportação é uma parte constitutiva da ordem neoliberal, e que o crescimento da China como exportadora de capital segue os passos de outros poderes capitalista-imperialista e seus projetos de influência no exterior.	A ascensão chinesa reproduz o status quo a ordem global neoliberal em livre comércio, mobilidade do capital industrial e na destruição do poder de barganha do trabalho. Apresenta desafios à dominação geopolítica ocidental na Ásia e no mundo. Se tais acontecimentos irão levar a dominação renovada do mundo pelo Ocidente, a aumento de conflitos globais e regionais e

				uma ordem global mais igualitária, estamos longe de determinar.
4	Analisar as complementaridades e a competitividade do comércio de mercadorias entre China e Brasil com o auxílio de fórmulas relevantes, a fim de apresentar um estudo completo e transparente do comércio de mercadorias entre os dois países.		O comércio de bens entre China e Brasil apresenta vantagens diferentes. No comércio bilateral, a China possui maior vantagem competitiva na categoria de bens manufaturados. O Brasil possui maior vantagem em produtos primários, pela limitação das reservas chinesas de produtos primários e dificuldades de exploração.	O comércio de bens entre a China e o Brasil apresenta impulso e cooperação bilateral em comércio de bens e se aprofunda, combinando a realidade e as características do desenvolvimento do comércio de bens entre a China e o Brasil. O comércio de bens da China com o Brasil enfrenta desafios como o atrito comercial.
5	Compreender como os Institutos Confúcio (ICs) contribuem para o intercâmbio acadêmico na área de cooperação econômica e cultural entre Brasil e China.	Qualitativa, quantitativa, bibliográfica e bibliométrica de multi-método.	O fortalecimento do diálogo internacional entre China e Brasil contribui em políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Os Institutos Confúcio é importante para formação de profissionais com experiência internacional em Ciências Exatas e da Terra, Biológicas e Humanas.	É necessário investimento em programas de intercâmbio internacional para formação de profissionais, em bolsas de estudo, e cotas para pessoas economicamente desfavorecidas e possibilidades democráticas de acesso às dinâmicas cosmopolitas.
6	Analisar a intensificação dos investimentos da China no Brasil, tomando por base as estratégias mais amplas de internacionalização do capital chinês.		Os investimentos concentram-se nos setores de energia, uma busca chinesa por tais recursos mundo afora. O setor de energia por carvão pela China é inexpressivo.	O setor de energia elétrica experimenta um ritmo acelerado de concessões e privatizações. Os investimentos no Brasil pela China em setores energéticos se destacaram nas últimas décadas.
7	Compreender as discussões na literatura científica ao longo dos últimos 30 anos e identificar novas vias para pesquisas futuras entre o Brasil e a China.	Abordagem qualitativa, revisão sistemática	A ascensão da China como potencial global, o fortalecimento das relações Sul-Sul, particularmente facilitados pelo Brasil, é uma área significativa	Os impactos sociais, políticos e ambientais da ascensão econômica do BRICS e as explorações de seus sistemas educacionais e desenvolvimento da

			de interesse. O BRICS e a influência econômica e política da China na América Latina e na África Subsaariana são temas importantes.	força de trabalho, podem lançar luz ao desenvolvimento sustentável e a competitividade global.
8	Compreender a cooperação internacional educacional entre instituições de ensino superior brasileiras e chinesas, com foco no Instituto Confúcio, e identificar seu papel na internacionalização dessas instituições.	Qualitativa, bibliográfica	A análise descritiva dos dados mostra uma cooperação pragmática, com ambos os lados buscando fortalecer e diversificar essa parceria em diversas formas e áreas de conhecimento.	Há um interesse crescente para que os Institutos Confúcio atuem na articulação de pesquisas internacionais, mobilidade docente e discente, além do ensino de língua e cultura.
9	Analisar as assimetrias financeira e monetária, a partir do arcabouço teórico existente na literatura, trazendo como contribuição uma análise específica sobre o impacto dessas assimetrias no Brasil e na China.		Assimetria financeira se refere à análise dos determinantes dos fluxos de capitais. A assimetria monetária se refere à distribuição e internacionalização de moedas.	O Brasil é o mais afetado pelas duas assimetrias do que a China, pela inserção na globalização financeira, o modelo de liberalização adotada e a emissão de uma moeda não conversível.

Fonte: Elaborado pelos autores

O BRASIL E A CHINA NO CENÁRIO GLOBAL

A diplomacia Brasil-China remonta a contatos indiretos no período colonial, mas a formalização ocorreu a partir do século XX, quando em 1974 o país reconheceu oficialmente a República Popular da China. No início do século XXI, a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a relação bilateral ganhou robustez no comércio, e cooperação política e tecnológica (Paulino, 2020).

Frogeri e Li no artigo *Three Decades of Brazil-China Relations: Mapping Scholarly Discourse and Future Research Directions* destacam que a literatura científica acompanha esse aprofundamento, com o aumento de publicações em diferentes dimensões das relações bilaterais – econômico-comerciais, cooperação Sul-Sul, inovação científica, meio ambiente e transição para economias de baixo carbono (Frogeri; Li, 2024).

Segundo análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), em 2023 o fluxo comercial entre Brasil-China bateu recorde, ultrapassando US\$ 157,5 bilhões (IEDI, 2024). Desde 2009, a China mantém-se como principal parceiro comercial brasileiro. Entretanto, ocorrem assimetrias importantes: as exportações brasileiras se concentram em commodities (minério de ferro, soja, petróleo, entre outras), as importações chinesas são produtos manufaturados e tecnológicos, acentuando as questões de valor agregado,

complexidade produtiva e vulnerabilidade externa (Dantas; Jabbour, 2023).

Os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) chineses no Brasil têm se ampliado em valores absolutos e em setores estratégicos. Freitas e Borghi (2024) referem que entre 2005 e 2022 o investimento acumulado da China no Brasil atingiu cerca de US\$ 79 bilhões, em setores de energia elétrica, petróleo e gás. A concentração reflete os interesses chineses em garantir acesso a recursos naturais e garantir infraestrutura energética.

O relacionamento entre Brasil-China tem se elevado formalmente. A China designou o Brasil em 1993, reconhecendo o país como parceiro global estratégico, de importância política e diplomática. Conforme Heine (2024), o reconhecimento se processa em discursos simbólicos e participação conjunta em fóruns multilaterais e negociações sobre comércio, clima e desenvolvimento sustentável.

Segundo Martinelli *et al.* (2023), a cooperação institucional e científica ocorre nos Institutos Confúcio no Brasil com a difusão do mandarim e promoção de intercâmbio acadêmico, embora existam desafios para manter a autonomia e evitar enviesamentos culturais.

A relação entre Brasil e a China têm forjado uma mudança de eixo de poder no cenário internacional. A transição da ordem hegemônica ocidental (EUA e Europa) exige que os países emergentes repensem suas alianças, diversifiquem os parceiros e exercitem a diplomacia de múltiplos vetores. O Brasil vem se inserindo nas cadeias de cooperação Sul-Sul, nos projetos de infraestrutura financiados por bancos multilaterais emergentes e em negociações climáticas, que exigem planejamento diplomático e produção de conhecimento sobre a China (Frogeri; Li, 2024). Entretanto, essa posição no cenário global não é isenta de riscos ou tensões.

A assimetria na estrutura comercial, a vulnerabilidade a choques externos como as variações nos preços das commodities e as diferenças normativas e institucionais entre o sistema regulatório brasileiro e o chinês geram desafios práticos, como barreiras regulatórias, desequilíbrios comerciais e cláusulas contratuais desfavoráveis. A dependência em poucos produtos de exportação limita a autonomia estratégica do Brasil, caso haja retração no mercado externo e alterações nas políticas comerciais chinesas (Dantas; Jabour, 2023).

A percepção internacional da China sobre direitos humanos, padrões ambientais, práticas trabalhistas e regimes políticos entra em tensão com as expectativas ocidentais e os setores da sociedade brasileira, exigindo que a diplomacia pública brasileira equilibre interesses com valores e responsabilidades globais. Freitas e Borghi (2024) pontuam que o cenário global contemporâneo apresenta para o Brasil, a China como parceiro indispensável, com relevância estratégica nos planos econômico, comercial, político e institucional. As relações bilateralizadas demandam atenção para evitar riscos potenciais, necessidade de capacidade estatal e acadêmica para formular políticas e regulações, que garantam extrair

ganhos reais e duradouros, sem perder de vista a autonomia, a sustentabilidade e o equilíbrio.

Do ponto de vista político-institucional, a assimetria de poder entre os países impõe obstáculos adicionais. A China amplia sua presença em fóruns multilaterais e instituições financeiras emergentes, enquanto o Brasil carece de estratégias para transformar a parceria em ganhos concretos de autonomia tecnológica e industrial.

Para superar essas barreiras, o Brasil precisa investir em três frentes complementares: - Capacitação estatal e institucional, negociar de forma equilibrada e sofisticada em fóruns multilaterais e bilaterais; - Diversificação produtiva e tecnológica, reduzir às flutuações de preços e aumentar o valor agregado nas exportações e - Integração acadêmica e científica, criação de centros especializados que subsidiem as decisões estratégicas, com conhecimento da realidade chinesa.

DIMENSÕES ENTRE BRASIL E A CHINA: DISCUSSÕES SOBRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As relações internacionais entre o Brasil e a China constituem um campo de análise complexo, multifacetado e estratégico, além do intercâmbio comercial. A interação entre os países reflete a dinâmica de um sistema internacional em transformação, onde as potências emergentes buscam reposicionar-se na hegemonia ocidental. Esse movimento insere-se no contexto de uma ordem multipolar em consolidação, com fortalecimento de instituições multilaterais, diversificação dos parceiros estratégicos e fortalecimento da cooperação Sul-Sul (Hurrell, 2009).

A parceria Brasil-China deve ser compreendida na lógica das Relações Internacionais contemporâneas, nas quais o poder não é apenas militar ou econômico. Nye (2004) destaca o conceito de *soft Power*, como a capacidade de influenciar por meio de valores, cultura e legitimidade, ao invés da coerção. A China tem investido em estratégias de projeção de poder simbólico, enquanto o Brasil se afirma como liderança regional e global por meio de consensos multilaterais, mediação diplomática e parcerias com países em desenvolvimento.

No cenário internacional os laços Brasil-China se fortalecem, onde ambos compartilham desafios e objetivos convergentes, buscando, em graus distintos, autonomia frente às potências centrais, reforma das instituições multilaterais e promover uma ordem internacional equilibrada e inclusiva (Ikenberry, 2011). Para o Brasil, a relação com a China oportuniza diversificar sua inserção externa, reduzir a dependência dos EUA e da Europa. Na parceria com o nosso país, a China busca apoio estratégico na América Latina e um vetor para a cooperação Sul-Sul.

Nesse cenário, o Brasil enfrenta oscilações no desempenho econômico e limitações estruturais que reduzem sua projeção internacional. A China, por sua vez, obteve crescimento

econômico, tornando-se a segunda maior economia do mundo e ampliando seu poder de barganha. O resultado apresenta um contexto de parceria mútua, mas com padrões de dependência, onde o Brasil exporta *commodities* e importa produtos manufaturados e de alto valor tecnológico. Para Jabbour (2020), ocorre um “padrão periférico” nas trocas comerciais, necessitando ser problematizado se o objetivo for consolidar uma relação de longo prazo baseada em ganhos simétricos.

As Relações Internacionais enxergam a interação sino-brasileira de diferentes formas. O realismo reconhece que a China busca expandir sua influência e o Brasil aumentar sua relevância em sua região e no Sul Global. O liberalismo destaca as interdependências do comércio e das instituições multilaterais, podendo reduzir conflitos e aumentar a cooperação. A perspectiva construtivista observa os significados e identidades em jogo, onde Brasil e China constroem narrativas de cooperação Sul-Sul, solidariedade e defesa da soberania nacional contra as imposições externas (Wendt, 1999).

As relações entre Brasil e China fazem parte de um projeto de reconfiguração do eixo geopolítico global. A criação e fortalecimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), busca um bloco que articule os interesses de países emergentes em relação às instituições dominadas pelo Ocidente. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), com sede em Xangai, destaca a capacidade de cooperação financeira e institucional entre esses países. O Brasil, como membro fundador, busca por alternativas ao sistema de *Bretton Woods* e uma governança internacional mais plural (Stuenkel, 2015).

Os temas globais como meio ambiente e mudança climática são outra dimensão estratégica. A China, maior emissora de gases de efeito estufa do mundo, encontra-se pressionada a adotar políticas sustentáveis. O Brasil, detentor da Amazônia, desempenha papel central no debate climático global. A convergência de interesses em áreas como energias renováveis, agricultura sustentável e tecnologias limpas pode propiciar parcerias científicas e tecnológicas, exigindo que o Brasil defina políticas de proteção ambiental e soberania territorial (Dantas; Jabbour, 2023).

Por outro lado, as relações internacionais entre Brasil e China não estão imunes a desafios e tensões. Hurrell (2009) destaca que os setores empresariais e políticos brasileiros levantam preocupações acerca da dependência do mercado chinês e o impacto da concorrência de produtos chineses sobre a indústria nacional. As pressões externas, sobretudo dos EUA, limitam a manobra diplomática do Brasil, obrigando-o a equilibrar seus interesses entre diferentes pólos de poder global.

Outrossim, pontua-se que ocorre um déficit de produção científica brasileira sobre a China. Como apontam Frogeri e Li (2024), existe dependência de análises produzidas em centros norte-americanos e europeus, que comprometem a autonomia do pensamento estratégico brasileiro. Investir em estudos sobre a China significa compreender esse parceiro

e projetar uma inserção internacional soberana e fundamentada.

As relações internacionais entre Brasil e China são complexas, ambivalentes e estratégicas, um vínculo fundamental para o presente e o futuro da inserção global do Brasil no cenário mundial. Jabbour (2020) contextualiza oportunidades de cooperação em múltiplos setores, mas existem riscos de dependência e assimetria. A compreensão exige uma abordagem interdisciplinar, que envolvam teorias das Relações Internacionais, estudos econômicos, jurídicos e culturais.

Trata-se de uma relação que ultrapassa o pragmatismo econômico e demanda reflexão crítica sobre identidade, poder, soberania e cooperação. Esse conjunto de fatores justifica o aprofundamento analítico nos subtópicos seguintes, que tratam das dimensões cultural, jurídica e econômica da relação bilateral.

DIMENSÃO CULTURAL

A dimensão cultural das relações internacionais entre Brasil-China se revela elemento para a compreensão e consolidação de laços duradouros entre os dois países. As interações culturais reduzem barreiras de comunicação, desconstróem estereótipos e fomentam uma percepção da alteridade, condição essencial para a formulação de políticas de cooperação. De acordo com Nye (2004), o *soft power* torna a cultura um vetor de influência internacional, criando diálogo entre civilizações distintas, reforçando as relações simétricas e menos dependentes das hegemônicas ocidentais.

O Brasil, onde a diversidade cultural e o acolhimento de diferentes influências se apresenta um terreno para interações com a herança cultural milenar chinesa. Como observa Ribeiro (2015), às migrações chinesas no país não se restringem ao aspecto demográfico, impulsionando a circulação de símbolos, práticas religiosas, culinária e valores sociais, promovendo pontes culturais.

Gungwu (2000) afirma que a diáspora chinesa é um campo de identidades em constante transformação, marcado pela distinção entre o *Huáqíáo* - o chinês ultramarino que mantém vínculos fortes com a pátria-mãe e o *Huáyì* - descendente integrado à sociedade de destino.

No contexto brasileiro, essa diferenciação é crucial nas múltiplas camadas culturais. Os fluxos migratórios chineses mais recentes aproximam o *Huáqíáo*, funcionando como canais para a difusão do *soft power* e atuação de instituições culturais patrocinadas pelo Estado. Já as gerações de descendentes *Huáyì* desempenham papel distinto, reinterpretando e ressignificando sua herança dentro do tecido social brasileiro.

O fator linguístico constitui a maior barreira para a compreensão da sociedade chinesa por parte dos brasileiros. Esse déficit linguístico acarreta dependência de traduções e

interpretações realizadas por centros de pesquisas estrangeiros, limitando a soberania epistêmica brasileira no estudo da China (Oliveira, 2020). Importante estabelecer a formação em língua e cultura chinesa, incentivar intercâmbios bilaterais e promover a tradução para o português de obras acadêmicas chinesas.

No campo institucional, destaca-se a atuação dos Institutos Confúcio em difundir o ensino da língua e da cultura chinesa no Brasil. Liu (2019) afirma que os institutos representam o *soft power* do governo chinês, ensinam o mandarim, promovem intercâmbios acadêmicos e estimulam pesquisas conjuntas. Essas instituições reforçam a necessidade da formação de especialistas que interpretem a China contemporânea. As universidades brasileiras precisam ampliar os programas de cooperação científica e cultural, consolidar redes de intercâmbio, seminários bilaterais e eventos acadêmicos.

Outro aspecto diz respeito à difusão cultural por meio da arte e da mídia. O cinema chinês tem alcançado os festivais brasileiros com narrativas sobre o imaginário tradicional e os dilemas contemporâneos de uma sociedade em rápida transformação. A inserção da cultura brasileira (música, dança e futebol) se expande na China, sendo considerado patrimônio imaterial brasileiro. O intercâmbio constitui um processo de hibridização cultural, onde símbolos e práticas são reinterpretados e ressignificados, criando novos espaços de sociabilidade transnacional (Canclini, 2008).

A dimensão cultural se conecta com práticas diplomáticas e econômicas. A diplomacia cultural se configura ferramenta de política externa voltada a imagens positivas e confiança mútua (Cummings, 2003). No caso sino-brasileiro, iniciativas como os anos temáticos da China no Brasil e do Brasil na China, realizados na década de 2010, com exposições de arte, música, teatro, gastronomia e atividades acadêmicas, funcionaram como canais da diplomacia pública. Entretanto, a dimensão cultural pode revelar tensões.

No caso do intercâmbio cultural instrumentalizado de maneira unilateral, serve aos interesses de um único país. O Brasil carece de *soft power* equilibrando as trocas culturais e reduzindo os estereótipos - futebol e carnaval, que promovam a diversidade cultural, científica e tecnológica. Isso inclui a criação de centros culturais brasileiros na China, estimulando à diplomacia científica e a expansão de parcerias universitárias. (Barbosa, 2021). A desigualdade gera assimetrias no imaginário coletivo, a China pode ser percebida como potência econômica, mas sem o devido reconhecimento da sua riqueza cultural.

A identidade cultural é sempre uma construção relacional, marcada pela diferença e pela tradução simbólica (Hall, 2003). O enfrentamento de preconceitos e estereótipos enraizados, em ambos os países, pode ser compreendido como entrave cultural. A compreensão cultural exige esforço contínuo de desconstrução de visões essencialistas e exotizantes.

Por fim, compreender como a sociedade chinesa percebe o Brasil é relevante, como

analisar a percepção brasileira sobre a China. Pesquisas de opinião, análises midiáticas e estudos sobre o imaginário chinês podem oferecer insumos valiosos para calibrar estratégias de diplomacia pública e cooperação cultural de longo prazo. Do ponto de vista político-institucional, a assimetria de poder entre os países impõe obstáculos adicionais. A China amplia sua presença em fóruns multilaterais e instituições financeiras emergentes, enquanto o Brasil carece de estratégias para transformar a parceria em ganhos concretos de autonomia tecnológica e industrial.

DIMENSÃO JURÍDICA

O Brasil de tradição do civil *Law*, de matriz romano-germânica, contrasta com a experiência chinesa, que combina elementos do direito socialista, tradição confucionista e reformas normativas com abertura econômica no final do século XX (Clark, 2016). Essa pluralidade evidencia que a compreensão mútua dos sistemas jurídicos favorece a fluidez das relações bilaterais, contribui na ampliação da previsibilidade normativa e segurança jurídica em um cenário de interdependência.

Nas últimas décadas, o fortalecimento da China como potência econômica global se intensificou, assim como a necessidade de alinhamento jurídico entre os dois países (Hung, 2018). Nesse contexto, destacam-se acordos no âmbito da OMC e dos BRICS, impulsionando mecanismos de resolução de controvérsias e harmonização regulatória.

O Brasil possui um sistema normativo codificado, onde a lei ocupa papel central como fonte do direito. A China ancora a prática jurídica em um modelo híbrido, coexistindo o direito socialista, costumes e diretrizes políticas estabelecidas pelo Partido Comunista Chinês (Peerenboom, 2002). Essa diferença impacta na compreensão de contratos, arbitragem e responsabilidade civil, fundamentais no comércio internacional e nos investimentos bilaterais.

A leitura desse sistema jurídico por operadores do direito brasileiro encontra-se filtrada por uma lente epistemológica denominada “Orientalismo Jurídico” - a China como um “outro” jurídico. Essa visão, percebe uma ausência de Estado de Direito, uma legalidade “exótica” e inferioridade de suas instituições (Ruskola, 2013). Ocorre uma dificuldade de análise objetiva e comparada do direito chinês, comprometendo estratégias voltadas aos interesses brasileiros em negociações e cooperação jurídica bilateral.

No direito internacional econômico, a relação Brasil-China se baseia na regulação do comércio exterior e necessita de instrumentos jurídicos que assegurem contratos e proteção de investimentos. A adesão dos países à OMC fortalece as relações, estabelecendo padrões de conduta e mecanismos de solução multilaterais (Santos, 2017). A operacionalização desses dispositivos envolve litígios entre empresas brasileiras e chinesas, que enfrentam barreiras culturais e linguísticas.

A cooperação em matéria de arbitragem internacional e direito comercial é outro ponto relevante. A China possui centros de arbitragem consolidados, como a China *International Economic and Trade Arbitration Commission* (CIETAC). Já o Brasil tem avançado na institucionalização da arbitragem. Por exemplo, em 2009 disputas contratuais entre a mineradora anglo-australiana Rio Tinto e um consórcio de siderúrgicas chinesas, e seus parceiros chineses esbarraram em diferenças de interpretação legal, barreiras processuais e culturais durante a arbitragem.

A dimensão jurídica se expande para o direito da propriedade intelectual. O Brasil busca consolidar um sistema de proteção às inovações e criações. A China, criticada por práticas de violação de direitos autorais, avança em reformas institucionais alinhadas às normas internacionais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) (Yu, 2017). Essa transformação cria oportunidades para o Brasil intensificar a cooperação científica e tecnológica, reduzindo possíveis assimetrias.

No âmbito do BRICS, a dimensão jurídica adquire contornos estratégicos. A criação do NBD e a cooperação em ciência e tecnologia demandam estruturas jurídicas para o financiamento de projetos, cumprimento de normas de sustentabilidade e proteção de investimentos multilaterais (Stuenkel, 2015). A interlocução jurídica Brasil-China extrapola o bilateralismo para a configuração de uma ordem internacional menos dependente dos modelos euro-americanos.

Os centros chineses produzem análises jurídicas sobre o Brasil, enquanto a produção brasileira em direito chinês é incipiente e fragmentada. As barreiras linguísticas e as diferenças procedimentais dificultam contratos e resolução de conflitos (Gabbay, 2021). A superação desses entraves exige o fortalecimento de núcleos acadêmicos e institucionais em direito comparado e programas de cooperação jurídica internacional (Xu; Nascimento, 2024).

DIMENSÃO ECONÔMICA

O comércio entre Brasil-China cresceu nas últimas duas décadas, mas mantém uma forte assimetria estrutural. Tal característica decorre do “modelo de desenvolvimento para fora”, marca da dinâmica do Estado brasileiro no século XXI (Furtado, 2008). A partir de 2012, no âmbito do *Comprehensive Strategic Partnership*, o comércio de bens cresceu de US\$ 100 bilhões em 2018, para US\$ 171,5 bilhões em 2022 (Liu., 2023). Entretanto, o Brasil exporta principalmente *commodities* e importa da China manufaturados e tecnológicos.

A concentração nas exportações de *commodities* expõe o Brasil a choques externos, volatilidade de preços e limitações para ascender à cadeia global de valor (Jenkins, 2012). Embora o país detenha vantagens comparativas em recursos naturais, permanece vulnerável a oscilações nos mercados internacionais.

O investimento chinês no Brasil constitui outro vetor central da dimensão econômica, influenciando setores como infraestrutura, energia, mineração e logística. A China busca acesso a recursos naturais, mas financia projetos de infraestrutura em regimes de *joint ventures* ou concessões, impactando transferência tecnológica, regulação local e geração de empregos (Jenkins, 2012). Essa dinâmica evidencia a relevância do investimento chinês como instrumento de diplomacia econômica.

A China apresenta vantagem competitiva em produtos manufaturados e o Brasil mantém a superioridade em produtos primários (Liu, 2023). Essa complementaridade permite crescimento mútuo, mas limita o Brasil na maior agregação de valor, restringindo os benefícios econômicos da relação.

Leal (2025) aponta que o Brasil sofre mais volatilidade cambial, custo de capital externo e vulnerabilidade de sua moeda, enquanto a China avança na internacionalização do *Yuan*, fortalecendo sua autonomia financeira. A capacidade brasileira de planejar investimentos de longo prazo, controlar a inflação e negociar dívidas externas sofrem influência direta da relação cambial.

A demanda chinesa por *commodities* eleva seus preços internacionais, favorecendo os exportadores brasileiros, ao mesmo tempo em que intensifica a concorrência de produtos manufaturados e prejudica os setores industriais nacionais (Jenkins, 2012). Essa dualidade ressalta a necessidade de políticas estratégicas que equilibrem oportunidades e riscos.

O aumento do comércio bilateral, não consegue que o Brasil fortaleça seu parque industrial e padrões elevados de inovação tecnológica (Liu, 2023). A desindustrialização estrutural, custos logísticos internos, complexidade tributária e defasagem tecnológica limitam a capacidade do país agregar valor à sua produção e competir com produtos chineses.

A sustentabilidade econômica e ambiental constitui uma dimensão adicional dessa relação. A exportação de *commodities* para a China envolve externalidades ambientais, uso da terra, água e emissões de CO₂, nem sempre contabilizados nos ganhos econômicos (Leal 2025). As políticas de sustentabilidade são essenciais para assegurar que o crescimento econômico bilateral seja viável em longo prazo.

O investimento chinês no Brasil continua em expansão, podendo atingir US\$ 4,2 bilhões em 2025, posicionando o país como terceiro destino global do capital chinês (Liu, 2023). Esse aumento evidencia a consolidação chinesa em setores tradicionais e a necessidade de políticas nacionais que garantam impactos positivos em desenvolvimento interno, emprego e inovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das relações Brasil-China evidencia que uma parceria transcende o intercâmbio econômico, configurando-se um elemento estratégico de inserção internacional, influência política e produção de conhecimento. Observa-se que o Brasil encontrou oportunidades e desafios estruturais na sua relação com a China. Essa dualidade é sintomática de um contexto global, pela crescente multipolaridade, competição geopolítica e transformações econômicas que exige do Brasil capacidade analítica, institucional e estratégica para consolidar sua posição internacional (Frogeri; Li, 2024).

A dimensão cultural envolve compreensão mútua, intercâmbio acadêmico, difusão da língua e aproximação entre sociedades. Os institutos culturais como os Institutos Confúcio e os programas educacionais contribuem para ampliar a capacidade do Brasil de interpretar a China e fortalecer sua diplomacia cultural.

No campo jurídico e institucional, as diferenças normativas, regulatórias e administrativas entre os dois países representam um desafio e uma oportunidade de aprendizado. A compreensão das práticas legais chinesas, combinada com a produção de estudos comparativos e interdisciplinares, permite ao Brasil identificar riscos, aprimorar instrumentos de negociação e propor soluções que integrem eficiência econômica, segurança jurídica e responsabilidade socioambiental.

No plano econômico, a relação bilateral apresenta crescimento expressivo e complementaridade assimétrica entre os dois países, especialmente na exportação de *commodities* brasileiras e na importação de manufaturados chineses. Essa assimetria estrutural impõe desafios relacionados como a dependência econômica, limitação valor agregado e vulnerabilidade a choques externos - flutuações nos preços das *commodities* e alterações nas políticas comerciais chinesas. As políticas públicas de diversificação produtiva, inovação tecnológica e fortalecimento da capacidade industrial podem extrair benefícios equitativos da relação bilateral.

Os desafios da pesquisa brasileira sobre a China reforçam a necessidade de formação acadêmica especializada, interdisciplinaridade e produção científica autônoma. A barreira linguística, a escassez de recursos estruturantes e a insuficiente articulação institucional limitam o Brasil de gerar conhecimento estratégico. As perspectivas são promissoras, considerando o aumento de programas de intercâmbio, centros de estudos especializados e ferramentas digitais que possibilitam análises da economia, política e sociedade chinesa.

Uma agenda de pesquisa estratégica sobre a China é imperativa para que o Brasil transcenda a posição de consumidor passivo de análises estrangeiras. Para operacionalizar esta agenda, propõem-se as seguintes ações concretas: - Criação de um Programa Nacional de Estudos sobre a China - editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) fomentando redes de pesquisa interdisciplinares integrando Economia, Direito, Cultura e Ciência Política; - Investimento em Formação de Alto Nível - programas de bolsas de estudo para pós-graduação e pós-doutoramento em universidades brasileiras e chinesas, com contrapartida de produção de conhecimento no Brasil; - Tradução e Acesso ao Conhecimento Primário - projetos sistemáticos de tradução para o português de obras do direito, da economia e das ciências sociais chinesas; - Fortalecimento da Diplomacia Pública Cultural Brasileira - *soft Power* com a criação de centros culturais brasileiros na China e divulgação da produção acadêmica e cultural nacional, com um diálogo bidirecional.

A relação Brasil-China configura-se como um vetor de inserção estratégica do Brasil na arena internacional contemporânea. O país pode extrair ganhos dessa parceria, mas dependem de investimentos em pesquisa, políticas públicas orientadas à inovação e industrialização, capacitação de recursos humanos e fortalecimento das instituições. Ao consolidar conhecimento sobre a China, o Brasil estará preparado para decisões informadas, articular estratégias de cooperação vantajosas e posicionar-se em um sistema internacional em transformação.

O sucesso dessa empreitada depende da capacidade de articulação entre academia, governo e sociedade civil, com uma visão estratégica de longo prazo, rigor científico, inovação e sensibilidade cultural para consolidar uma parceria mutuamente benéfica e duradoura.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. **O Brasil e os desafios da inserção internacional no século XXI**. São Paulo: Contexto, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2008.

CLARK, D. **Exploring the chinese legal tradition: law, culture and society in China**. Cheltenham: Edward Elgar, 2016.

CUMMINGS, M. C. **Cultural diplomacy and the united states government: a survey**. Washington: Center for Arts and Culture, 2003.

DANTAS, A. T.; JABBOUR, E. M. K. Brazil and China: an assessment of recent trade relations.

Ekonomikapoljoprivrede, Belgrado, Sérvia, v. 63, n. 1, p. 313-322, 2016. DOI:

<http://dx.doi.org/10.5937/ekoPolj1601313T> Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/302057813_Brazil_and_China_An_assessment_of_recent_trade_relations

- FREITAS, H.; BORGHI, R. A. Z. China's Foreign direct investment in Brazil: a study of selected sectors. **Economia e Sociedade**, Campinas (SP), Brazil, v. 33, n. 3, e281, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.281289>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/p5RvczPvhM7ts7QRbjNtRSz/?format=pdf&lang=pt>
- FROGERI, R. F.; Li, Y. Three decades of Brazil-China relations: mapping scholarly discourse and future research directions. **Janus.net: e-journal of International Relations**, Lisboa, Portugal, v. 15, n. 2, p. 145-174, 2024. DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0324.7> Disponível em: <https://janusnet-ojs.autonoma.pt/index.php/janus/article/view/140/561>
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- GABBAY, D. M. **Arbitragem internacional: desafios e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
- GUNWU, W. **The chinese overseas: from earthbound China to the quest for autonomy**. Cambridge: Harvard University Press: 2000.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HEINE, J. **Heine discusses significance of Brazil-China relations**. Boston University: Pardee School of Global Studies, 2024.
- HUNG, H-F. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro (RJ), Brazil, v. 22, n. 1, p. 1-26, 2018. DOU: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272213> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/PjqLzbVDgwYQsQDKLxsQQPj/?format=pdf&lang=pt>
- HURRELL, A. **On global order: power, values, and the constitution of international society**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- IKENBERRY, G. J. **Liberal leviathan: the origins, crisis, and transformation of the american world order**. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI. **Carta IEDI nº 1292 — Brazil-China trade and the loss of Brazilian economic complexity**. São Paulo: IEDI, 2024.
- JABBOUR, E. M. K. **China: socialismo e desenvolvimento**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- JENKINS, R. China and Brazil: economic impacts of a growing relationship. **Journal of Current Chinese Affairs**, Londres, Reino Unido, v. 1, p. 21-47, 2012. Disponível em: <https://d-nb.info/1024415872/34>
- JENKINS, R. The economic impact of China on Latin America and the Caribbean. **World Development**, Hong Kong, China, v. 36, n. 2, p. 235-253, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2007.06.012> Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X07001994>

LEAL, J. T. An analysis of financial and monetary asymmetries in the light of the experiences of Brazil and China. **Brazilian Keynesian Review**, Pampulha (MG), Brazil, v. 11, n. 1, p. 35-61, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33834/bkr.v11i1.371>. Disponível em: <https://www.braziliankeynesianreview.org/BKR/article/view/371/240>

LIU, X. **China's cultural diplomacy: a great leap outward?** Londres: Taylor & Francis Group, 2019.

MARTINELLI, M.; ANDRADE, T. H. N.; FURNIVAL, A. C. M. Academic exchanges between Brazil and China: the case of the Confucius Institutes in Brazil. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, (SP), Brazil, v. 11, n. 7, e4511729635, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29635>

NYE, J. S. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, H. A. **China e Brasil: desafios da cooperação estratégica**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PEERENBOOM, R. **China's long march toward rule of law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PEREIRA, A. L.; BACHION, M. M. Atualidades em revisão sistemática de literatura, critérios de força e grau de recomendação de evidência. **Rev. Gaúcha Enferm.** Porto Alegre, (RS), Brazil, v. 27, n. 4, p. 491-498, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/4633/2548>

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

RUSKOLA, T. **Legal orientalism: China, the United States, and modern law**. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

SANTORO, M. **Brazil-China relations in the 21st Century: the making of a strategic partnership**. Londres: Palgrave MacMillan, 2022.

SANTOS, M. **Comércio internacional e a OMC: desafios para o Brasil e a China**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SHAMBAUGH, D. **China goes global: the partial power**. New York: Oxford University Press, 2013.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **einstein**, São Paulo (SP), Brasil, v. 8, n. 1 Pt 1, p. 102-106, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>

STUENKEL, O. **The BRICS and the future of global order**. Lanham: Lexington Books, 2015.

WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

XU, K.; NASCIMENTO, A. N. Cooperação Internacional Educacional entre o Brasil e a China a partir dos Institutos Confúcio. **Rev. Inter. Educ. Sup.**, Campinas (SP), Brasil, v. 12, p. 1-26, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8676216/34335>.

YU, P. K. Intellectual property and economic development in China. *In*: Gervais, D. J. (eds). **Intellectual property, trade and development**: strategies to optimize economic development in a TRIPS Plus Era. Londres: OUP Oxford, 2007. Disponível em: <https://scholarship.law.tamu.edu/facscholar/664>.

ZHAO, S.; CHANG, T.; NI, Y.; ZHOU, P. An empirical study of trade in goods between China and Brazil: analysis of competitiveness and complementarity. **Economies**, Basel, Suíça, v. 11, n. 9, 224, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/economies11090224> Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7099/11/9/224>.